



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53

Lei nº 357/2023, de 14 de junho de 2023

**“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias
para o exercício de 2024 e dá outras
providências”**

O Prefeito Municipal Vitória do Xingu, Estado do Pará, **MARCIO VIANA ROCHA**, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono e mando que se publique a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º - Esta Lei estabelece as diretrizes orçamentárias do município de Vitória do Xingu, para o exercício financeiro de 2024, com base no disposto do artigo. 165 da Constituição Federal e artigo 26 da Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas as despesas de capital;
- V - disposições relativas as despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VII - as disposições relativas as dívidas pública municipal;
- VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º - O Poder Público Municipal terá como prioridade a elevação da qualidade de vida e redução das desigualdades sociais dos munícipes, balizado numa gestão pública responsável com os recursos públicos.

§ 1º- As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2024 serão definidas nas seguintes áreas de atuação da administração pública, e atendam a expansão e dinâmica das ações governamentais constantes do anexo II desta Lei:

§ 2º- Serão incorporados a este Projeto de Lei, todos os projetos e atividades apresentados e aprovados pelo PPA.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínua e permanente, das quais resultam produtos necessários a manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, dá quais resultam um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades ou projetos, especificados os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As categorias de programação de que trata esta Lei, serão identificadas no projeto de lei orçamentária por função, programas, subprogramas, atividades ou projetos e respectivos substitutos com indicação de suas metas físicas.

§ 3º - As atividades e projetos serão desdobrados em subtítulos exclusivamente para especificar a localização física integral ou parcial das respectivas atividades e projetos, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade dos mesmos e da denominação das metas estabelecidas.

Art. 4º - Os orçamentos, fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificada a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recurso, o identificador de uso e os grupos de despesas conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - juros e encargos da dívida;
- III - outras despesas correntes;
- IV - investimentos;
- V - inversões financeiras;
- VI - amortização da dívida.

Art. 5º - Os orçamentos, fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do município, seus fundos, órgãos e autarquias instituídas e mantidas pelo Poder



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53

Público.

Art. 6º - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específica as dotações destinadas:

- I - às ações descentralizadas de saúde e assistência social;
- II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;
- III - atendimento de ações de alimentação escolar;
- IV - a concessão de subvenções e subsídios;
- V - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos;
- VI - as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial;

Art. 7º - o projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - anexo dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
- IV - discriminação da legislação da receita e da despesa referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º - os quadros orçamentários a que se refere o inciso II desse artigo, incluindo os complementos referenciados no artigo 22, inciso III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 são os seguintes:

- I - evolução da receita do tesouro municipal, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto;
- II - evolução da despesa do tesouro municipal, segundo as categorias econômicas e elemento de despesa;
- III - resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- IV - resumo das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- V - receita e despesa dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o anexo I da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;
- VI - receitas dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;
- VII - despesas dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e Órgão por elemento de despesa e fonte de recurso;



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53

VIII - despesas dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função sub-função, programa, sub-programa e elemento de despesa;

IX - recursos do tesouro municipal diretamente arrecadado nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão;

X - programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, em nível de órgão, detalhando fonte e valores por categoria de programação;

XI - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhado por atividade e projeto, com a identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras;

XII - Autorização para Suplementação de 80% do valor do Orçamento para 2024, tendo como fonte de recurso as previstas no parágrafo 1º do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64;

XIII - Autorização para fazer remanejamento, transferência e transposição de um programa e atividade para outro no limite de 50% do valor total do orçamento para 2024.

§ 2º - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei orçamentária conterá:

I - análise da conjuntura econômica do município e suas implicações sobre a proposta orçamentária;

II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

§ 3º - O Poder Executivo disponibilizará até 15 dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentário, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - os resultados correntes dos orçamentos, fiscal e da seguridade social;

II - os recursos destinados a universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no artigo 60 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14 de 1996, detalhando fonte e valores por categoria de programação;

III - o detalhamento dos principais custos unitários médios, utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

IV - as despesas com pessoal e encargos sociais, por Poder, Órgão, executada nos últimos três (3) anos, a execução provável em 2021 e 2022, o programado para 2023, com a indicação da representatividade percentual e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na lei complementar nº 101/2000, demonstrando a memória de cálculo;



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53

V - a evolução da receita nos três (3) últimos anos, a execução provável para 2021 e 2022, e a estimativa para 2023, bem como a memória de dos principais itens de receita, inclusive as financeiras;

VI - os pagamentos por fonte de recurso, relativos aos elementos de despesa “juros e encargos da dívida” e “amortização da dívida”, da dívida interna e externa, realizados nos últimos três (3) anos, sua execução provável em 2021 e 2022, e o programado para 2023;

VII - o demonstrativo da receita nos termos do artigo 12 da Lei Complementar nº 101, destacando-se os principais itens de:

Impostos;

Contribuições sociais;

Taxas;

Concessões e permissões;

VIII - a relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o artigo nº 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 4º - os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 5º - O Poder Executivo enviará a Câmara Municipal os projetos de Lei Orçamentária e os créditos adicionais, sempre que possível, em meio eletrônico, com despesa por setor e discriminada, no caso do projeto de lei orçamentária, por elemento de despesa.

§ 6º - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2023, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 8º - Para efeito no disposto do artigo anterior, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo Municipal, até 30 (trinta) de julho de 2023, sua respectiva proposta Orçamentária, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 9º - Cada Projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um Programa.

Art. 10º - O Orçamento Anual conterá reserva de contingência no percentual de 1% (UM POR CENTO) da receita corrente líquida para atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Art. 11º - o Projeto de Lei Orçamentária para 2024 será entregue ao poder legislativo até 30.09.2023, devendo ser devolvido para sanção do prefeito até 30.12.2023.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO
MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 12º - A elaboração do Projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2024 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 13º - Além de se observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e da avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 14º - Na programação da Despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III - incluídas despesas a título de investimentos - regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do artigo 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 15º - Além da observância das Prioridades e Metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observada o disposto no art. 45 da Lei Complementar n.º 101/2000, somente incluirão Projetos ou subtítulos de Projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo único - Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados Projetos com títulos genéricos que tenham constado de Leis Orçamentárias anteriores e serão entendidos como Projetos ou subtítulos de Projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 (trinta) de junho de 2022, ultrapassar 20% do seu custo total estimado.

Art. 16º - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - ações que não estejam de



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53

competência exclusiva do Município;

II - clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

III - pagamento a qualquer título a servidor da administração pública municipal, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 17º - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentalmente erro na alocação desses recursos.

Parágrafo único - Excetua-se do disposto neste artigo a destinação mediante a abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade de sua aplicação original.

Art. 18º - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencha uma das seguintes condições:

I - seja de atendimento direto ao público, de forma gratuita nas áreas de assistência social, saúde, ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

II - estejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no artigo 204 da Constituição Federal, no artigo 61 do ADCT, bem como na Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos 03 (três) anos, emitidas no exercício de 2020, por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - É vedada, ainda, a inclusão de dotação global, a título de subvenções sociais.

Art. 19º - É vedada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios”, para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial por representativas da comunidade escolar



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53

das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III - consórcio intermunicipal de saúde constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública federal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde.

Parágrafo único - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I - publicação pelo Poder Executivo de normas a serem observadas na concessão de auxílios prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio da finalidade;

II - destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente;

III - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 20º - A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a 1% (um por cento) da receita corrente líquida.

Art. 21º - Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

§ 1º - Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2º - Os decretos de abertura de crédito suplementares autorizados na Lei Orçamentária serão submetidos pelos dirigentes dos órgãos ao Prefeito municipal, acompanhadas de exposição de motivos que incluam a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e respectivos subtítulos e das correspondentes metas.

§ 3º - Até 45 dias após as assinaturas dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º - Cada Projeto de Lei deverá restringir-se ao único tipo de crédito adicional.

§ 5º - Os créditos adicionais destinados a despesa com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Câmara Municipal por intermédio de projeto de lei específico e exclusivamente para esta finalidade.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53

§ 6º - Nos casos de créditos a conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício apresentados de acordo com a classificação de que trata o artigo 7º, § 1º inciso VI, desta lei;

CAPITULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CAPITAL

Art. 22º - Os resultados financeiros de alienações, somente poderão ser utilizados em Despesas de Capital.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 23º - O poder executivo publicará até 30 de junho de 2023, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

§ 1º - O poder legislativo observará o cumprimento no disposto neste artigo, mediante ato próprio do Presidente da Câmara.

Art. 24º - No exercício financeiro de 2024, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos poderes executivo e legislativo observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar 101/2000 e no artigo 29-A da Constituição Federal.

Art. 25º - No exercício de 2024, observado o disposto do artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para atendimento da despesa; e,

II - for observado o limite previsto no artigo anterior.

Art. 26º - No exercício de 2024, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 23 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que estejam situações emergências de risco ou prejuízo para a sociedade de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do chefe do Poder



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53

Executivo ou quem este delegar competência.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27º - Na estimativa das Receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na Legislação Tributária e das Contribuições que sejam objeto de Projeto que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º - Se estimada a Receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária:

I - serão identificadas as proposições e alterações na Legislação especificadas a receita Adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na Legislação.

§ 2º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou seja, parcialmente, até o final do exercício, o Prefeito Municipal, para não permitir a integralização das fontes de recursos não autorizadas, deverá suprir, mediante decreto, até o quinto dia útil do exercício de 2024, observado os critérios a seguir relacionados, para aplicação seqüencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de Receita:

I - de até 100% das dotações relativas aos novos projetos;

II - de até 60% das dotações relativas aos projetos em andamento;

III - de até 25% das dotações relativas às ações de manutenção;

IV - dos restantes 40% das dotações relativas aos projetos em andamento; e,

V - dos restantes 75% das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 3º - O Poder Executivo procederá, mediante Decreto, a ser publicado no prazo estabelecido no parágrafo anterior, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da Lei Orçamentária sancionada, cujas alterações na Legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo Projeto de Lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na destinação das receitas.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53

Art. 28º - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo I desta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de cada Poder.

Parágrafo único - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo e aos demais órgãos o montante que caberá a cada um tornar indispensável para empenho e movimentação financeira.

Art. 29º - Todas as Receitas realizadas pelos órgãos, fundos e Entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no caixa único da Prefeitura, no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 30º - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, cronograma mensal de desembolso, por órgão executivo, observando, em relação às despesas constantes desses cronogramas, abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Parágrafo Único - O desembolso dos recursos financeiros, correspondente aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será feito até o dia 20 de cada mês, no montante fixo de até 7% (sete por cento) resultante do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5 do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme previsto no artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

Art. 31º - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 32º - O Poder Executivo deverá atender, no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data do recebimento, as solicitações de informações encaminhadas pelo Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara Municipal, relativas aos aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do projeto de Lei.

Art. 33º - Se o projeto de Lei Orçamentária não for sancionado pelo chefe do Poder Executivo até 31 de dezembro de 2023,



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53

a programação dele constante poderá ser executada para atendimento das seguintes despesas:

- I - Pessoal e Encargos sociais;
- II - Pagamentos de benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência Social;
- III - Pagamento de serviço da dívida;
- IV - Pagamento de despesas decorrentes de contratos e convênios publicados até 31 de dezembro de 2022; e
- V - Programa de duração continuada.

Art. 34º - Os órgãos responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada elemento de despesa e fonte de recursos.

Art. 35º - A reabertura de créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição Federal, será efetivada mediante Decreto do chefe do Poder Executivo.

Art. 36º - Para fins de acompanhamento e controle, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica do município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 37º - Autorizar ao Poder Executivo a auxiliar o Estado no custeio das despesas com: Polícia Militar, Polícia Civil, Emater, Ceplac e Fórum da Justiça Local.

Art. 38º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Legislativo e Tribunal de Contas dos Municípios com a finalidade de verificar o cumprimento das metas e objetivos para os quais recebem os recursos.

Art. 39º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitória do Xingu (PA), 14 de junho de 2023.

MARCIO VIANA
ROCHA:80226442268

Assinado de forma digital
por MARCIO VIANA
ROCHA:80226442268

MARCIO VIANA ROCHA
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU

ANEXO

Av. Manoel Félix de Farias, s/nº - Centro – CEP: 68.383-000 Vitória do Xingu-PA
CNPJ: 34.887.935/0001-53
E-mail: gabinete.xingu@vitoriadoxingu.pa.gov.br



Vitória do Xingu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2024

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	326.864.732,00	313.960.937,47	0,14	102,74	336.670.673,96	324.033.372,44	0,14	102,95	346.770.794,18	333.433.455,94	0,14	102,85
Receitas Primárias (I)	326.573.757,00	313.661.449,43	0,14	102,65	336.370.969,71	323.744.977,91	0,14	102,65	346.462.098,80	333.136.633,46	0,14	102,75
Receitas Primárias Correntes	232.644.203,45	223.499.997,55	0,10	73,12	345.542.025,85	332.571.728,44	0,14	105,66	355.908.286,63	342.219.506,37	0,14	105,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	35.042.660,00	33.659.264,24	0,01	11,01	36.093.939,80	34.739.174,34	0,01	11,04	37.176.757,99	35.746.882,69	0,01	11,03
Transferências Correntes	197.381.123,45	189.589.014,94	0,08	62,04	309.221.053,45	297.614.103,42	0,13	94,55	318.497.685,05	306.247.774,09	0,13	94,46
Demaís Receitas Primárias Correntes	220.420,00	211.718,37	0,00	0,07	227.032,60	218.510,68	0,00	0,07	233.843,58	224.849,59	0,00	0,07
Receitas Primárias de Capital	21.269.500,00	20.429.833,83	0,01	6,69	21.907.595,00	21.085.259,87	0,01	6,70	22.564.812,55	21.696.935,14	0,01	6,69
Despesa Total	325.578.262,00	312.725.254,06	0,14	102,33	335.345.509,86	322.758.046,06	0,14	102,54	345.405.978,16	332.121.132,84	0,14	102,44
Despesas Primárias (II)	323.003.262,00	310.251.906,56	0,14	101,52	332.693.359,86	320.205.351,16	0,14	101,73	342.674.160,66	329.494.385,25	0,14	101,63
Despesas Primárias Correntes	230.824.442,00	221.712.075,69	0,10	72,55	237.749.175,26	228.825.000,25	0,10	72,70	244.881.650,52	235.463.125,50	0,10	72,63
Pessoal e Encargos Sociais	123.016.466,89	119.160.067,30	0,05	38,67	128.706.960,90	121.950.876,71	0,05	38,74	130.508.169,72	125.488.624,73	0,05	38,71
Outras despesas Correntes	107.807.975,11	103.551.988,39	0,05	33,89	111.042.214,36	106.874.123,55	0,05	33,95	114.373.480,79	109.974.500,76	0,05	33,92
Despesas Primárias de Capital	92.178.820,00	88.539.832,87	0,04	28,97	94.944.184,60	91.380.350,91	0,04	29,03	97.792.510,14	94.031.259,75	0,04	29,00
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da linha (III) = (I - II)	3.570.465,00	3.429.540,87	0,00	1,12	3.677.609,85	3.539.566,75	0,00	1,12	3.787.938,15	3.642.248,22	0,00	1,12
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.704.972,36	2.598.186,88	0,00	0,85	2.786.121,53	2.681.541,42	0,00	0,85	2.869.705,18	2.759.331,90	0,00	0,85
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FAPESP/IBGE/Relatórios da LRF



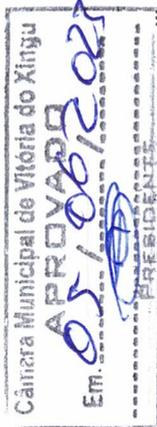
Vitória do Xingú
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2024

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2022	% PIB	% RCL	% PIB	% RCL	Variação	
									Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	270.120.018,17	0,13	100,00	270.120.018,17	0,13	100,00	0,13	100,00	-	-
Receitas Primárias (I)	270.120.018,17	0,13	100,00	270.120.018,17	0,13	100,00	0,13	100,00	-	-
Despesa Total	269.345.172,78	0,12	99,72	269.345.172,78	0,12	99,72	0,12	99,72	-	-
Despesas Primárias (II)	267.069.796,66	0,12	98,87	267.069.796,66	0,12	98,87	0,12	98,87	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	3.050.221,51	0,00	1,13	3.050.221,51	0,00	1,13	0,00	1,13	-	-
Dívida Pública Consolidada (DC)	3.131.186,76	0,00	1,16	3.131.186,76	0,00	1,16	0,00	1,16	-	-
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(646.773,04)	(0,00)	(0,24)	470.744,03	0,00	0,17	0,00	0,17	1.117.517,07	(172,78)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	2.192.273,89			(1.117.517,07)	(0,00)		(0,00)	-	(3.309.790,96)	(150,98)

Fonte: FAPESP/IBGE/Relatórios da LRF



Vitória do Xingú
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
2024
III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

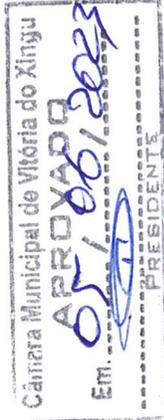
R\$ 1,00

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	216.699.846,13	270.120.018,17	24,65	317.344.400,00	17,48	326.864.732,00	3,00	336.670.673,96	3,00	346.770.794,18	3,00
Receitas Primárias (I)	216.699.846,13	270.120.018,17	24,65	317.061.900,00	17,38	326.573.757,00	3,00	336.370.969,71	3,00	346.462.098,80	3,00
Despesa Total	197.945.218,50	269.345.172,78	36,07	316.095.400,00	17,36	325.578.262,00	3,00	335.345.609,86	3,00	345.405.978,16	3,00
Despesas Primárias (II)	196.854.228,86	267.069.796,66	35,67	313.595.400,00	17,42	323.003.262,00	3,00	332.693.359,86	3,00	342.674.160,66	3,00
Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da Linha (III) = (I - II)	19.845.617,27	3.050.221,51	(84,63)	3.466.500,00	13,65	3.570.495,00	3,00	3.677.609,85	3,00	3.787.938,15	3,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	3.636.102,59	3.131.186,76	(13,89)	2.626.186,76	(16,13)	2.704.972,36	3,00	2.786.121,53	3,00	2.869.705,18	3,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	1.545.500,85	470.744,03	(69,54)	-	(100,00)	-	-	-	-	-	-
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.918.934,18	(1.117.517,07)	(158,24)	470.744,03	(142,12)	-	(100,00)	-	-	-	-

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	196.892.464,23	255.336.060,28	29,68	299.522.793,77	17,31	313.960.937,47	4,82	324.033.372,44	3,21	333.433.455,94	2,90
Receitas Primárias (I)	196.892.464,23	255.336.060,28	29,68	299.256.158,57	17,20	313.681.449,43	4,82	323.744.917,91	3,21	333.136.633,46	2,90
Despesas Total	179.852.097,49	254.603.623,01	41,56	298.343.935,82	17,18	312.725.254,06	4,82	322.758.046,06	3,21	332.121.132,84	2,90
Despesas Primárias (II)	178.860.829,42	252.452.780,66	41,14	295.984.332,23	17,24	310.251.908,56	4,82	320.205.351,16	3,21	329.494.385,25	2,90
Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da Linha (III) = (I - II)	18.031.634,81	2.883.279,62	(84,01)	3.271.826,33	13,48	3.429.540,87	4,82	3.539.566,75	3,21	3.642.248,22	2,90
Dívida Pública Consolidada (DC)	3.303.745,77	2.959.813,56	(10,41)	2.478.703,88	(16,25)	2.598.186,88	4,82	2.681.541,42	3,21	2.759.331,90	2,90
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	1.404.234,83	444.979,71	(68,31)	-	(100,00)	-	-	-	-	-	-
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.743.534,60	(1.056.354,16)	-	444.307,72	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FAPESP/IBGE/ Relatórios da LRF



Vitória do Xingú
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2024

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

	2022	%	2021	%	2020	%	R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	122.104.000,00	100,00	64.185.509,05	100,00	38.114.926,24	100,00	100,00
TOTAL	122.104.000,00	100,00	64.185.509,05	100,00	38.114.926,24	100,00	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FAPESP/IBGE/ Relatórios da LRF



Vitória do Xingu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2024

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022	2021	2020
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	659.000,00	-
Alienação de Bens Móveis	-	659.000,00	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2022	2021	2020
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	659.000,00	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	659.000,00	-
Investimentos	-	659.000,00	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2022	2021	2020
VALOR (III)	-	-	-

Fonte: FAPESP/IBGE/Relatórios da LRF



Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Função: 16 - Habitação		
Subfunção: 482 - Habitação Urbana		
Programa: 0052 - Gestão da Política de Infra Estrutura Tem como objetivo assegurar o gasto racional da GESTÃO DA POLÍTICA DE INFRA ESTRUTURA, com despesas de manutenção de modo a viabilizar o funcionamento e garantir sua governança no município de Vitória do Xingu-Pa.		
Ação.....: 1010 - Construção de Unidades Habitacionais Descrição: Construir Unidades Habitacionais		
Unidade de medida: Projeto	Quantidade 2024:	1
Função: 17 - Saneamento		
Subfunção: 511 - Saneamento Básico Rural		
Programa: 0504 - Serviços de Limpeza Urbana Tem como objetivo assegurar o gasto racional dos SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, com despesas de manutenção de modo a viabilizar o funcionamento e garantir sua governança no município de Vitória do Xingu-Pa.		
Ação.....: 2017 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública Urbana e Rural Descrição: Manter a Limpeza Pública		
Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 0611 - Saneamento Básico Urbano Tem como objetivo assegurar o gasto racional de SANEAMENTO BÁSICO URBANO, com despesas de manutenção de modo a viabilizar o funcionamento e garantir sua governança no município de Vitória do Xingu-Pa.		
Ação.....: 1011 - Construção de Sistema de Abastecimento de Água Descrição: Abastecimento de água na sede e interior do município		
Unidade de medida: Projeto	Quantidade 2024:	1



Unidade de medida: Projeto	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 1003 - Projeto de Mecanizacao Agricola Descrição: Fomentar a agricultura mecanizada no municipio		
Unidade de medida: Projeto	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 1004 - Projeto Integrado de Piscicultura Descrição: Fortalecer a criação de alevinos em tanques redes		
Unidade de medida: Projeto	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2014 - Manutencao da Secretaria de Agricultura e Pesca Descrição: Manter o funciomaneto da secretaria		
Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2015 - Manutencao de Mercados e Feiras Descrição: Manter em bom funcionamento mercaddos e feiras do municipio		
Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2024:	1
Função: 23 - Comércio e Serviços		
Subfunção: 695 - Turismo		
Programa: 0471 - Fomento a Cultura, Esporte e Lazer do Municipio Tem como objetivo assegurar o gasto racional do FOMENTO A CULTURA E AO LAZER NO MUNICÍPIO, com despesas de manutenção de modo a viabilizar o funcionamento e garantir sua governança no município de Vitória do Xingu-Pa.		
Ação.....: 1017 - Construcao do Centro de Atendimento ao Turista Descrição: Construir o Centro de Atendimento ao Turista		
Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2024 - Manutencao da Secretaria de Turismo e Lazer Descrição: Manter a Secretaria		
Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Função: 25 - Energia		
Subfunção: 752 - Energia Elétrica		
Programa: 0019 - Energia Eletrica		



Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2019 - Manutencao de Veiculos e Equipamentos leves e pesados Descrição: Manter		
Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Subfunção: 784 - Transporte Hidroviário		
Programa: 0052 - Gestão da Política de Infra Estrutura Tem como objetivo assegurar o gasto racional da GESTÃO DA POLÍTICA DE INFRA ESTRUTURA, com despesas de manutenção de modo a viabilizar o funcionamento e garantir sua governança no município de Vitória do Xingu-Pa.		
Ação.....: 1021 - Melhoramento do Porto Hidroviario Descrição: Melhorias no Porto Hidroviario		
Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2020 - Manutencao de Portos e Terminais Fluviais Descrição: Manter o funcionamento do Porto e terminais fluviais		
Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Função: 27 - Desporto e Lazer		
Subfunção: 811 - Desporto de Rendimento		
Programa: 0471 - Fomento a Cultura, Esporte e Lazer do Município Tem como objetivo assegurar o gasto racional do FOMENTO A CULTURA E AO LAZER NO MUNICÍPIO, com despesas de manutenção de modo a viabilizar o funcionamento e garantir sua governança no município de Vitória do Xingu-Pa.		
Ação.....: 1023 - Construcao de Quadra Poliesportiva Descrição: Construir Quadra Poliesportiva		
Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2021 - Manutencao do Ginasio Poliesportivo Descrição: Manter		
Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1



Descrição:	Adquirir equipamentos para as Unidades de Saude		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Ação.....: 2029 - Manutencao do Conselho Municipal de Saude			
Descrição:	Manter as atividades do Conselho		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Ação.....: 2030 - Manutencao da Saude Bucal			
Descrição:	Manter a Atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Ação.....: 2031 - Manutencao do Programa Saude da Familia-PSF			
Descrição:	Manter a Atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Ação.....: 2032 - Manutencao de outros Programas da atencao baasica			
Descrição:	Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Ação.....: 2033 - Manutencao do PAB-FIXO			
Descrição:	Manter o programa		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Ação.....: 2034 - Manutencao do Programa de Agentes Comunitarios-ACS			
Descrição:	Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Ação.....: 2035 - Manutencao da Gestao do SUS			
Descrição:	Manter a Atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Ação.....: 2036 - Manutencao do Centro Odontologico			
Descrição:	Manutencao das atividades do centro		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1



Descrição:	Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Ação.....: 2041 - Manutencao de outros programas de media e alta complexidade			
Descrição:	Manter a Atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Ação.....: 2042 - Atendimento Ambulatorial, Emergial e Hospitalar			
Descrição:	Manter a Atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Ação.....: 2043 - Tratamento fora do domicilio			
Descrição:	Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Ação.....: 2044 - Enfrentamento de Pandemias			
Descrição:	Manter a Atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 0201 - Bloco de Atenção Básica
Tem como objetivo assegurar o gasto racional do BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA, com despesas de manutenção de modo a viabilizar o funcionamento e garantir sua governança no município de Vitória do Xingu-Pa.

Ação.....: 2045 - Manutencao da Vigilancia Sanitaria			
Descrição:	Manter a Atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Programa: 0201 - Bloco de Atenção Básica
Tem como objetivo assegurar o gasto racional do BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA, com despesas de manutenção de modo a viabilizar o funcionamento e garantir sua governança no município de Vitória do Xingu-Pa.

Ação.....: 2046 - Manutencao da Vigilancia Epidemiologica			
---	--	--	--

Descrição:	Manter Atividade		
Unidade de medida:	Unidade	Quantidade 2024:	1
Órgão: 14 - Fundo Municipal de Educação			
Função: 12 - Educação			
Subfunção: 122 - Administração Geral			
Programa: 0004 - Gestão da Política de Educação Tem como objetivo assegurar o gasto racional da GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ,com despesas de manutenção de modo a viabilizar o funcionamento e garantir sua governança no município de Vitória do Xingu-Pa.			
Ação.....:	1028 - Construção do Predio da Secretaria de Educacao		
Descrição:	Manter		
Unidade de medida:	Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....:	2047 - Manutencao da Secretaria de Educacao		
Descrição:	Manter a Atividade		
Unidade de medida:	Unidade	Quantidade 2024:	1
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental			
Programa: 0006 - Ensino Fundamental Tem como objetivo assegurar o gasto racional com as Despesas do Ensino Fundaental.			
Ação.....:	1036 - Construção e Reforma de Escolas do Ensino Basico		
Descrição:	Construir escolas do Ensino Basico		
Unidade de medida:	Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....:	2049 - Manutencao do Programa de Alimentacao Escolar-PNAE		
Descrição:	Manter a Atividade		
Unidade de medida:	Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....:	2050 - Manutencao de Outros Programas do FNDE		



Descrição:	Manter a Atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2051 - Programa Dinheiro Direto na Escola	Descrição: Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2052 - Acoes Vinculadas ao Salario Educacao	Descrição: Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2053 - Manutencao do Transporte Escolar-Rec Estado-PETE	Descrição: Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2054 - Manutencao da Educacao Especial	Descrição: Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2055 - Manutencao do Transporte Escolar-PNTE	Descrição: Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2058 - Manutencao da Alimentacao do Estado-PEAE	Descrição: Manter o fornecimento de alimentacao escolar		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Subfunção: 363 - Ensino Profissional			
Programa: 0006 - Ensino Fundamental			
Tem como objetivo assegurar o gasto racional com as Despesas do Ensino Fundamental.			
Ação.....: 1030 - Aquisicao de Veiculo para o Transporte Escolar	Descrição: Manter		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1



Descrição:	Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2065 - Manutencao de Outros Programas da Assistencia Social			
Descrição:	Manter a Atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2066 - Manutencao do Programa Vale Gaz			
Descrição:	Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2067 - Manutencao do Auxilio Vitoria			
Descrição:	Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2068 - Indice de Gestao Descentralizada do Bolsa Familia			
Descrição:	Manter a Atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2069 - Manutencao do Piso Basico			
Descrição:	Manter a Atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2070 - Manutencao dos Servicos de Conveniencia e Fortalecimento sem Vinculo			
Descrição:	Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2071 - Manutencao do Abrigo Municipal			
Descrição:	Manter o abrigo municipal		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1
Ação.....: 2072 - Manutencao do Convenio com a Norte Energia			
Descrição:	Manter a atividade		
	Unidade de medida: Unidade	Quantidade 2024:	1

